

Pressão faz Itamar rever rolagem

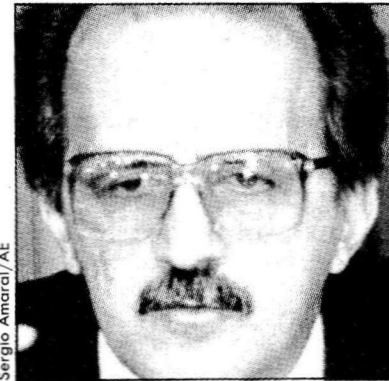
GOVERNADORES CONDICIONAM APROVAÇÃO DO AJUSTE FISCAL NO CONGRESSO À ALTERAÇÃO DO PROJETO SOBRE DÍVIDAS COM A UNIÃO



O governo recuou na proposta de rolagem da dívida dos Estados e municípios com a União e cedeu às pressões dos governadores para garantir a aprovação do projeto de ajuste fiscal. O projeto de rolagem da dívida, que seria enviado ontem ao Congresso, só será enviado na terça-feira, depois que novo texto for aprovado pelo ministro do Planejamento e Fazenda, Paulo Haddad, e pelos governadores.

Após uma reunião com os secretários estaduais de Fazenda e alguns governadores, Haddad negou qualquer vinculação entre o projeto de rolagem e o projeto de ajuste fiscal. "Há uma perfeita autonomia entre os dois projetos", afirmou. Mas ao deixar o Ministério da Fazenda, o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, deixou clara a posição dos Estados. "Se o governo quer resolver a sua situação com o ajuste fiscal tem que levar em conta, também, a situação financeira dos Estados", explicou.

Para não deixar dúvidas sobre a ligação entre os assuntos, o presidente da comissão do ajuste fiscal da Câmara, deputado José Dutra (PMDB-AM), apareceu na reunião, acompanhando o governador Gilberto Mestrinho, e foi explícito. "O governo não conseguirá aprovar o ajuste fiscal, se o projeto de rolagem da dívida dos Estados não atender os governadores", destacou. O go-



Sérgio Amaral/AE

Haddad: autonomia.

verno acabou aceitando ontem duas propostas que alteraram profundamente o projeto divulgado sábado, no Palácio do Planalto, pelo ministro Paulo Haddad.

Agora, além da dívida contratual com as instituições financeiras federais, os Estados mais endividados poderão incluir no limite de comprometimento da receita líquida os 17% do serviço da dívida mobiliária que resgatam atualmente. Outra vantagem para os Estados foi o governo ter aceito reduzir para 7%, no primeiro ano, e 10%, no segundo ano, o limite de comprometimento das suas receitas líquidas com o pagamento da dívida.

Saldos

O projeto original do governo estabelecia os limites em 11% no primeiro ano e 15% no segundo ano, como dispõe a Resolução 86 do Senado. Além disso, os Estados conseguiram que a apuração

dos saldos devedores seja feita até 28 de fevereiro de 1993, e não 31 de dezembro de 1992. Os governadores também querem reduzir o percentual obrigatório de resgate de suas dívidas mobiliárias, de 17% para 12% dos títulos vencidos.

Diante da reviravolta no projeto, foi suspensa a cerimônia dos governadores de Estado no Palácio do Planalto. No Ministério da Fazenda, só estiveram presentes os governadores do Rio Grande do Sul, Alceu Collares; do Pará, Jader Barbalho; do Amazonas, Gilberto Mestrinho; do Mato Grosso, Jaime Campos; e do Maranhão, Edson Lobão. O secretário de Fazenda de Minas Gerais, Roberto Brant, explicou que hoje alguns secretários de Fazenda definirão um texto final com o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, para ser discutido com os governadores de Estado.

Antes da reunião, o governador paulista Fleury Filho fazia questão de demonstrar seu descontentamento quanto à norma de comprometimento de 15% da receita dos Estados para rolagem das dívidas. "É exagerado", criticava, reforçando a pressão dos governadores. Segundo Fleury, os secretários de Fazenda estavam incumbidos de apresentar a reclamação a Haddad. No encontro dos governadores com Itamar não se discutiu o programa de privatizações (leia na página 9), estrategicamente excluído da pauta do pacto pelo governo.